

BALFOUR E TRUMP: UNIDOS PELA HISTÓRIA

Entre a Declaração de Balfour (Palestina, 1917) e a de Trump (Sahara Ocidental, 2020) existe um paralelo preocupante e significativo: um Estado sem direitos de jurisdição sobre um território reconhece unilateralmente direito de terceiros sobre esse mesmo território.

A declaração de Balfour...

No final do século XIX, nas vésperas da realização do 1º Congresso Sionista (Basileia, 1897), a Europa vivia uma onda assimétrica de anti-semitismo. A declaração final do Congresso aprovou o estabelecimento de uma comunidade judaica na Palestina (a “Terra Prometida”), algo há muito objecto de discussão, dando origem posteriormente a iniciativas concretizadoras deste objectivo junto, nomeadamente, do Reino Unido, França e Alemanha.

Será, no entanto, em Londres que se encontrarão dois dos mais importantes intervenientes nesta fase: Arthur Balfour e Chaim Weizmann. O primeiro foi um aristocrata inglês que chegou a Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1916 (em plena I Guerra Mundial), após ter sido Primeiro-ministro no início do século; o segundo, um descendente de judeus russos, que aderiu ao movimento sionista e foi professor de Química na Universidade de Manchester.

Já após uma primeira proposta de Londres, recusada pela elite judaica, para o estabelecimento de um Estado sionista no actual território do Uganda, Balfour e Weizmann conheceram-se em 1906 e mantiveram um diálogo no decorrer da I Guerra Mundial, essencialmente devido à assessoria química de Weizmann para o esforço de guerra.

Em 1914, Weizmann notou que o governo inglês tinha marcada simpatia pelo sionismo, facto que não seria alheio à circunstância de haver pelo menos um judeu na sua composição. Em 1917, quando a guerra se encontrava numa encruzilhada em diversas frentes, o Primeiro-ministro Lloyd George e Arthur Balfour, ambos recém-empossados no governo, concluíram que a vitória britânica/aliada e o desiderato sionista eram peças inseparáveis na crise daquele tempo.

Em paralelo, os Estados Unidos da América (EUA) entraram na guerra e ocorreu a revolução russa que derrubou o Czar Nicolau II. À época, a preocupação do governo inglês foi garantir que a Rússia se mantivesse ao lado dos Aliados.

Acreditando que a grande maioria dos judeus americanos e russos era favorável ao sionismo, Balfour propôs que o governo inglês fizesse uma declaração pró-sionista, antevendo créditos politico-diplomáticos junto daqueles países e antecipando-se à Alemanha que pensava fazer algo nesse sentido.



Fig. 1: Ao direito internacional disseram nada

Face às controvérsias no seio da elite judaica inglesa, Walter Rothschild, um conhecido banqueiro britânico membro daquela elite, com o seu amigo Chaim Weizmann propõem ao governo londrino uma tomada de posição, a qual foi anunciada publicamente a 9 de Novembro de 1917 e que ficou conhecida como a **Declaração de Balfour**:

«O Governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e envidará os seus melhores esforços para facilitar a realização deste objectivo, estando claramente entendido que nada deve ser feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país.»

Esta atitude foi objecto de críticas por parte da população árabe e por parte da França, com quem tinha sido negociado o acordo Sykes-Picot.

Pela primeira vez, para aquela região do globo, um Estado soberano (Reino Unido) conferia direitos preferenciais de estabelecimento a uma comunidade (a judaica) num território onde vivia um povo e sobre o qual o Reino Unido não tinha à época qualquer mandato.

... versus o acordo Sykes-Picot

De forma quase contemporânea, decorriam negociações secretas entre o Reino Unido e a França, uma vez que no final de 1915, antevendo a queda do império otomano (aliado dos impérios prussiano e austro-húngaro), as duas nações decidiram partilhar o Médio Oriente, então sob a administração turca.

O Reino Unido adoptou um comportamento dúplice, fazendo por um lado falsas promessas à elite árabe no sentido da autonomia do seu território (pretendendo assim impulsionar a sua revolta a favor dos Aliados) e apostando, por outro, na divisão entre si e a França, na futura posse de toda a região.

Os negociadores deste acordo foram Mark Sykes (Reino Unido) e François Georges-Picot (França) e ficou decidido, entre outros pontos, atribuir a Síria e o Líbano à jurisdição da França e o Iraque e parte da Palestina, à do Reino Unido. Acordaram também na internacionalização da administração de Jerusalém, entre franceses, britânicos e russos.

Na realidade, este Acordo foi rapidamente ultrapassado pela ambição do Reino Unido de ficar com a jurisdição de Jerusalém e da Palestina, tendo para isso recorrido a uma máquina eficiente de espões judeus residentes na Palestina (pró-britânicos e pró-sionistas) para a “conquista militar inglesa” de Jerusalém, que ocorreu a 9 de Dezembro de 1917. Fica por esclarecer se o envolvimento da rede de espionagem pró-judaica no esforço de guerra inglês não “forçou” também à declaração de Balfour e a alteração de planos face ao acordo que vinha sendo gizado com a França.

Posteriormente, nos escombros da II Guerra Mundial, face às atrocidades cometidas sobre os judeus pelo regime nazi e seus aliados durante as décadas de 30 e 40, o Ocidente sentiu que era uma obrigação moral a aceitação generalizada da pretensão sionista de estabelecer um Estado judaico na Palestina. Este foi o contexto no qual, depois da fundação das Nações Unidas, a Comissão Especial da ONU sobre a Palestina, liderada pelos EUA e pela União Soviética, apresentou uma proposta para a divisão do território entre Israel e a Palestina, promovendo globalmente “os contornos político-geográficos” daquela região.

A declaração de Trump

Como é sabido, no passado dia 10 de Dezembro a administração Trump reconheceu a anexação do Sahara Ocidental por Marrocos, ao arrepio dos princípios do Direito Internacional. Aquela antiga colónia de Espanha já tinha sido objecto de diversas decisões das Nações Unidas e a formalização do reconhecimento da soberania marroquina, em troca do estabelecimento de relações diplomáticas entre Marrocos e Israel, revela-se totalmente contrária ao que, por exemplo, o Tribunal Internacional

de Justiça concluiu em 1975: Marrocos, tal como a Mauritânia, não têm qualquer legitimidade na reivindicação de direitos territoriais sobre o Sahara Ocidental, um território considerado pela ONU como “não-autónomo”, tendo o seu povo direito ao exercício da autodeterminação.

Embora a situação internacional não seja comparável, uma vez que a ordem internacional se alterou significativamente no decorrer do século XX, existe uma perturbadora semelhança entre a Palestina/1917 e o Sahara Ocidental/2020, que nos deve levar a reflectir: à revelia de decisões ratificadas internacionalmente, uma potência mundial decide nas suas manobras político-diplomáticas atribuir crédito de posse/administração a um país/entidade terceira, sem se proceder a uma consulta do que pretende para o seu futuro o povo do território visado.

Se a “Declaração de Balfour” marcou um momento inicial de um processo polémico de “encaixe” de uma comunidade num território habitado, que ainda se encontra por resolver e do qual não se antevê uma saída para breve, a decisão de Trump veio contradizer diversas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas, órgãos cuja autoridade é hoje reconhecida por todos os Estados.

Neste complexo contexto, a actual administração Biden tem sido ambígua, por um lado aparentando apoiar iniciativas no plano multilateral visando a resolução do conflito e, por outro, não concretizando passos subsequentes que ponham em causa o reconhecimento norte-americano.

Fontes:

Gilbert, M., A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL. Editora A Esfera dos Livros

Montefiore, S., JERUSALÉM. UMA BIOGRAFIA. Volume IV. Editora Aletheia

Santos, B. S., [On Israel’s Colonial Occupation of Palestine: The Final Solution Without End](#)